XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI CHILE - SANTIAGO

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS II

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS

EDMUNDO ALVES DE OLIVEIRA

Copyright © 2022 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU – São Paulo
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR – Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade – UNIMAR/FEPODI – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Ceará
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS – Sergipe
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR – São Paulo
Secretarias
Relações Institucionais:
Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes – UNB – Distrito Federal
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – São Paulo
Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo
Comunicação:
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB – Paraíba
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC – Santa Catarina
Relações Internacionais para o Continente Americano:
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes:
Prof. Dr. José Barroso Filho – ENAJUM
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Eventos:
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec – Minas Gerais
Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC – Paraná
Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – Mato Grosso do Sul

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UMICAP – Pernambuco

D597

Direitos Humanos, Democracia e Movimentos Sociais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edmundo Alves De Oliveira; Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-564-5
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Saúde: Direitos Sociais, Constituição e Democracia na América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Direitos Humanos. 3. Movimentos Sociais. XI Encontro Internacional do CONPEDI Chile - Santiago (2: 2022: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

CONPEDI

Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br

XI ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI CHILE - SANTIAGO

DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS II

Apresentação

Na tarde do dia 13 de outubro de 2022, reuniram-se na cidade de Santiago do Chile, os participantes do Grupo de Trabalho Direitos Humanos, Democracia e Movimentos Sociais II, para o primeiro dia de apresentação de trabalhos no XI Encontro Internacional do Conpedi, objetivando a apresentação dos produtos de suas pesquisas.

O evento trouxe o nome Direitos Sociais, Constituição e Democracia na América Latina e foi o primeiro evento presencial no pós-pandemia, decorrendo alegria e apreensão.

O GT foi coordenado pelos professores Edmundo Alves de Oliveira, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade de Araraquara (SP) e Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade de Itaúna (MG).

Vários temas foram abordados, sendo eles: direitos da personalidade à educação e à convivência familiar, sob a ótica das metodologias remotas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil; obesidade e exclusão social, gordofobia; exclusão digital e sua repercussão com a desigualdade social; a regulamentação do casamento homoafetivo no Brasil; a educação nas humanidades como ferramenta ao reestabelecimento da cidadania plena; direitos humanos e democracia e os mecanismos de efetividade dos direitos sociais na sociedade pós-democrática; o registro de nascimento sob a ótica do Direito Tributário; o déficit na realização dos compromissos liberais e sociais; os dilemas da democracia na América Latina: a crise de estado de direito brasileiro; a crise do sujeito neoliberal na democracia contemporânea; os princípios estruturantes da derrogação no direito internacional dos direitos humanos; a efetividade dos direitos humanos nas ações de governança e de cooperação locais de assistência a imigrantes nos municípios brasileiros; representatividade no sistema político e eleitoral brasileiro; a concepção teológica de participação democrática.

Enfim, a presente coletânea apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas em diversos Programas de Pós-graduação em Direito do Brasil, em níveis de Mestrado e Doutorado, sendo esses artigos rigorosamente selecionados, por intermédio de dupla avaliação cega por pares double blind peer review.

A EDUCAÇÃO NAS HUMANIDADES COMO FERRAMENTA AO RESTABELECIMENTO DA CIDADANIA PLENA: UMA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA À RACIONALIDADE NEOLIBERAL

THE EDUCATION IN THE HUNANITIES AS A TOOL FOR THE RESTORATION OF FULL CITIZENSHIP: A DEMOCRATIC RESISTANCE TO THE NEOLIBERAL RATIONALITY

Micheli Pilau de Oliveira [1]
Guilherme Marques Laurini [2]

Resumo

O presente estudo objetiva analisar criticamente a ascensão do arquétipo do homo oeconomicus como figura sobrepujante ao homo politicus, identidades conceituais detectáveis em um contexto sociopolítico e econômico no qual a racionalidade neoliberal transforma as formas de existência (vidas) em partículas de capital humano, como "empresários de si mesmos". Tal cenário implica a reflexão sobre a maneira com que a sociedade de desempenho e produção, ao erodir o ideal político dos indivíduos em favor da lógica de lucratividade, contribui para a desidratação das instituições democráticas. Nesse sentido, o problema de pesquisa parte da seguinte indagação: como o discurso meritocrático corrobora à ascensão e manutenção de políticas de austeridade, características de uma sociedade pós-democrática? Parte-se da hipótese de que a educação não apenas tecnicista, mas voltada às humanidades, seja capaz de promover a cidadania plena, refutar a tirania do mérito e resgatar o homo politicus, essencial ao regime democrático pleno. Em relação à metodologia empregada, este texto foi elaborado a partir do método hipotético-dedutivo e elaborado pela técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Cidadania, Democracia, Educação nas humanidades, Pós-democracia, Racionalidade neoliberal

Abstract/Resumen/Résumé

The present study aims to critically analyze the rise of the archetype of homo oeconomicus as a figure that surpasses homo politicus, conceptual identities detectable in a sociopolitical and economic context in which neoliberal rationality transforms forms of existence (lives) into particles of human capital, such as "self-employed". This scenario implies a reflection on the way in which the performance and production society, by eroding the political ideal of individuals in favor of the logic of profitability, contributes to the dehydration of democratic

[1] Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Bolsista PROSUC/CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa "Biopolítica e Direitos Humanos" (CNPq/Unijuí). Advogada. E-mail: michelipilau@gmail.com.

[2] Mestrando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da UNIJUÍ. Integrante do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, Governança e Democracia" (CNPq/Unijuí) E-mail: guilhermelaurini@hotmail.com.

institutions. In this sense, the research problem starts from the following question: how does the meritocratic discourse support the rise and maintenance of austerity policies, characteristics of a post-democratic society? It starts from the hypothesis that education not only technical, but focused on the humanities, is capable of promoting full citizenship, refuting the tyranny of merit and rescuing homo politicus, essential to the full democratic regime. Regarding the methodology used, this text was elaborated from the hypothetico-deductive method and elaborated by the technique of bibliographic research.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Citizenship, Democracy, Education in the humanities, Post-democracy, Neoliberal rationality

1 INTRODUÇÃO

Em um contraponto ao neoliberalismo enquanto práticas de mercado, a racionalidade neoliberal se estabelece como uma política antidemocrática no ocidente que, ao que tudo indica, fundamenta a atual crise da democracia e do Estado de Direito. Nesse sentido, enquanto racionalidade política, o neoliberalismo provoca o processo de economicização de todas as esferas da vida, corroendo o ideal do bem comum e provocando o empobrecimento subjetivo dos cidadãos, que, a partir da financeirização, tornam-se cidadãos sacrificiais em prol do projeto econômico.

Considerando tal cenário, incute-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: como o discurso meritocrático corrobora à ascensão e manutenção de políticas de austeridade, características de uma sociedade pós-democrática? A problemática desdobra-se no objetivo de analisar criticamente a ascensão do *homo oeconomicus* como figura sobrepujante ao *homo politicus*, em um contexto sociopolítico e econômico no qual a racionalidade neoliberal transforma as formas de existência em partículas de capital humano, como "empresários de si mesmos". Referido cotejo seria ratificado pela tirania do mérito, que inunda os discursos políticos e corrobora a responsabilização dos sujeitos pelo seu sucesso (ou fracasso), tornando fecundo o cenário para uma sociedade aporofóbica[1].

Para alcançar o objeto traçado e responder ao problema norte de investigação, o texto foi elaborado em três tópicos, que objetivam, respectivamente: compreender o fenômeno da transformação do indivíduo humano em partícula de capital e as crises derivadas disto; estabelecer uma linha crítica em relação a cultura meritocrática, seus impactos para a democracia e a violação de direitos sob o prisma das políticas de austeridade; e, por último, entender o papel das instituições públicas, privadas e da educação nas humanidades para retomada – ou construção – de valores políticos em oposição a lógica antidemocrática que ora impera. O estudo conduzido parte da hipótese de que a possibilidade de retomada do ideal pró-cidadania se encontra na educação não apenas tecnicista, mas voltada às humanidades, que é condição para o reestabelecimento do pensamento político – elemento fundamental da cidadania plena –, essencial ao Estado Democrático de Direito.

A metodologia empregada é o estudo descritivo por meio do método hipotético-dedutivo, baseando-se na técnica da pesquisa bibliográfica, que, a seu turno, debruça-se sobre

[1] O termo utilizado deriva de um neologismo cunhado por Adela Cortina (2020). Detalhado na obra "Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia", a aporofobia faz referência ao ódio e a rejeição aos indivíduos que pouco ou nada tem a oferecer em termos econômicos, aqueles que são socialmente rejeitados e invisibilizados por não possuírem recursos para proporcionar benefícios econômicos ao outro.

a literatura e a doutrina existentes acerca da temática proposta, notadamente por meio de livros disponíveis sobre o assunto, em meios físicos e online. Quanto à técnica, objetivamente, optou-se pelo fichamento e apontamento da bibliografia selecionada, a fim de delinear um referencial teórico adequado ao tema estudado, respondendo ao problema proposto, correlacionando à hipótese aventada, e de forma a atender ao objetivo traçado.

2 POR QUE TRANSFORMAR PESSOAS EM PARTÍCULAS DE CAPITAL É UM PROBLEMA: AS PERVERSIDADES DO NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE POLÍTICA

Wendy Brown, escritora e professora de Ciência Política estadunidense, explora a ideia de que o neoliberalismo alavanca um discurso afirmador à lógica de economicização de todas as esferas da vida: ou seja, promove a conversão de domínios, sujeitos e atividades não econômicos, em econômicos, transformando compulsoriamente as vidas em partículas de capital humano (BROWN, 2018). Para a autora, o referido contexto faz com que os sujeitos sejam vistos como atores do mercado em todos os lugares, só que não nos tradicionais papeis de investidor, consumidor ou trabalhador, mas como "capital humano", que é ao mesmo tempo investidor de si mesmo, das empresas, e até mesmo de constelações nacionais.

Nessa esteira,

> consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o "si mesmo" uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro (BROWN, 2018, p. 6).

Interessante, neste ponto, é a referência que a autora faz à escolha de parceiros, que até então deveria ser algo à parte na vida dos sujeitos, sem uma interferência mercadológica, visto se tratar de uma categoria muito atinente à sensível subjetividade do ser humano, que é a esfera afetiva. Todavia, ao que tudo indica, conforme aponta Bauman (2004), a financeirização dos relacionamentos afetivos se mostra operante, sob o mesmo discurso, e é refletida através da típica liquidez dos relacionamentos pós-modernos. Um relacionamento, assim,

> como lhe dirá o especialista, é um investimento como todos os outros: você entrou com tempo, dinheiro, esforços que poderia empregar para outros fins, mas não empregou, esperando estar fazendo a coisa certa e esperando também que aquilo que perdeu ou deixou de desfrutar acabaria, de alguma forma, sendo-lhe devolvido — com lucro. Você compra ações e as mantém enquanto seu valor promete crescer, e as vende

> prontamente quando os lucros começam a cair ou outras ações acenam com um rendimento maior (o truque é não deixar passar o momento em que isso ocorre). Se você investe numa relação, o lucro esperado é, em primeiro lugar e acima de tudo, a segurança — em muitos sentidos: a proximidade da mão amiga quando você mais precisa dela, o socorro na aflição, a companhia na solidão, o apoio para sair de uma dificuldade, o consolo na derrota e o aplauso na vitória; e também a gratificação que nos toma imediatamente quando nos livramos de uma necessidade. Mas esteja alerta: quando se entra num relacionamento, as promessas de compromisso são "irrelevantes a longo prazo" (BAUMAN, 2004, p. 15).

Portanto, definitivamente, todas as áreas da vida, inclusive as mais impensáveis, como a afetividade, são englobadas pelo processo neoliberal de financeirização, em que tudo é convertido em capital e tratado sob a lógica de medição de perdas e ganhos, inegavelmente "[...] transferindo para o universo das relações amorosas os princípios de desempenho, avaliação de resultados, análise de riscos e segurança jurídica que presidem as relações de trabalho e produção." (DUNKER, 2017, p. 46). Essa condição expõe o ser humano a significativas vulnerabilidades, indicando que o individualismo é o único caminho a percorrer, pois demonstra que "relacionamentos são investimentos como quaisquer outros, mas será que alguma vez lhe ocorreria fazer juras de lealdade às ações que acabou de adquirir?" (BAUMAN, 2004, p. 15).

O processo de transformação do sujeito humano em partícula de capital, segundo Brown (2018), ocorre através de uma sutil passagem do ser humano em si para um maximizador de interesses, formulando-se este sujeito – agora partícula de capital – ao mesmo tempo como membro de uma empresa e como sendo ele mesmo uma empresa, apropriadamente conduzido, nesta atuação paralelística, por estratégias de governança que são aplicáveis a empresas. O neoliberalismo, apontando a conduta empreendedora em toda a parte, "constrange o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares." (BROWN, 2018, p. 7-8).

No ponto, faz-se mister tracejar que o processo de economicização da vida se pauta no que Brown (2018) aponta como racionalidade neoliberal, que, segundo a autora, fora o que permitiu o avanço das forças ferozmente antidemocráticas a partir do século XX, e significa uma forma de razão e valoração, ou seja, processos de subjetivação que se constituem em uma racionalidade política. Assim, é importante destacar a forma como Brown trabalha com os conceitos de neoliberalismo e de racionalidade neoliberal, para melhor compreender as suas críticas ao que denominou de política antidemocrática no ocidente.

No ponto, "o neoliberalismo não tem uma definição estabelecida. Existe atualmente uma literatura acadêmica substancial debatendo suas características constitutivas", e referidos "debates intelectuais em curso sobre seus princípios, elementos, unidade, lógica e dinâmicas subjacentes não invalidam seu poder de criar mundos." (BROWN, 2019, p. 28). Desse modo, em relação ao termo "neoliberalismo" há uma vertente traçada por uma abordagem

neomarxista, que o concebe mais comumente associado a práticas de mercado, como um conjunto de "políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros." (BROWN, 2019, p. 28-29).

Por outro lado, em contraste – mas também em complemento – a esta abordagem neomarxista, há a concepção do neoliberalismo enquanto racionalidade política, inicialmente apontada por Michel Foucault no seu curso no *Collège de France*, de 1978-1979, e que enfatiza que o seu alcance vai muito além de uma política econômica de fortalecimento de capital: nessa racionalidade, os princípios de mercado se tornam os princípios de governo, aplicados pelo Estado, no Estado, e circulam por instituições, penetrando em toda a sociedade, como nas escolas, nas clínicas, nos locais de trabalho, etc. (BROWN, 2019). É o que permite, inclusive, como mencionado alhures, a percepção da lógica dos relacionamentos afetivos enquanto "investimentos em si mesmo".

Esses princípios

> tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito de competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). (BROWN, 2019, p. 30-31).

A racionalidade neoliberal – e de abordagem foucaultiana – portanto, revela como governos, sujeitos e subjetividades são transformados pela remodelação neoliberal da razão liberal. Demonstra como o capitalismo não é singular e não segue sua própria lógica, mas é sempre organizado por formas de racionalidade política. Assim,

> [...] na formulação dos neoliberais, os mercados competitivos necessitam de suporte político e, portanto, de uma nova forma do que ele chama de "governamentalização" do Estado. [...]. Para Foucault, essas duas características da racionalidade neoliberal – a elaboração de princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e o próprio governo reformatado para servir aos mercados – estão entre aquelas que separam a racionalidade neoliberal daquela do liberalismo econômico clássico, [...] (BROWN, 2019, p. 31).

Proficuamente, ambas as abordagens contribuem para a compreensão das características do neoliberalismo realmente existente e da atual conjuntura política. No entanto, percebe-se que Wendy Brown se preocupa, principalmente, em repensar os efeitos da racionalidade neoliberal – para contemplar seu ataque multifacetado à democracia e a promoção da

moralidade tradicional em detrimento de uma justiça social legislada. Conforme Rubens Casara (2018, p. 19),

> no momento em que a racionalidade neoliberal – que condiciona tanto o modo de ver quanto o de atuar no mundo e faz com que tudo e todos sejam tratados como mercadorias, portanto, como coisas negociáveis – tornou-se hegemônica, desapareceram os limites éticos e jurídicos à produção de crises, guerras e outras formas de destruição. O capitalismo cresce com o caos.

Han (2020) aponta que o processo neoliberal produz processos de subjetividades voltados menos ao corpo e mais a psiquê dos sujeitos, em atividade que denominou psicopolítica do neoliberalismo, de modo que

> a técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e o interprete como liberdade. Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração (HAN, 2020, p. 44).

Desse modo, tal como discernido por Brown a partir da racionalidade política neoliberal foucaultiana, percebe-se que, de fato, não apenas como práticas de ortimização de capital, o neoliberalismo funciona como uma microfísica do poder que penetra na subjetividade dos sujeitos, e por isso ele precisa de uma racionalidade – ou então de uma psicopolítica, como apontado por Han – pois "quem fala neoliberalismo em voz alta, ofende. Vender-se como racionalidade, como progresso, como o melhor caminho para o melhor dos mundos possíveis, coloca-o no caminho da religião." e fato é, "que, a partir daí, a sociedade esteja dividida entre vencedores e vencidos, parece não causar nenhum problema." (TIBURI, 2017, p. 139).

Nesse passo, o tópico seguinte debruçar-se-á sobre as particularidades do discurso meritocrático amplamente dissolvido no discurso político, e como a técnica de responsabilização dos individuos é um hábil instrumento às práticas neoliberais, e que abre as portas às políticas de austeridade corrosivas a direitos conquistados, e deterioriza o ideal político da cidadania ao transformar pessoas em cidadãos sacrificiais em prol projeto neoliberal.

3 MERITOCRACIA E DESIGUALDADE COMO CULTURA: AS PROMISCUIDADES DO DISCURSO POLÍTICO ANTIDEMOCRÁTICO

Se no âmago da democracia moderna figuram as concepções de igualdade e liberdade universais,

> quando a democracia passa pela economicização do Estado, da sociedade e dos sujeitos, típica da racionalidade neoliberal contemporânea, esses termos e práticas são metamorfoseados. Eles perdem sua validade política e ganham outra, econômica: a liberdade é reduzida ao direito ao empreendedorismo e sua crueldade, e a igualdade dá lugar a mundos ubiquamente competitivos de perdedores e vencedores (BROWN, 2018, p. 9).

Essa retórica profana do discurso competitivo de perdedores e vencedores tende (com sucesso) a reforçar a cultura da desigualdade, e esse modo de refletir

> gera poder. Incentiva as pessoas a pensar em si mesmas, como responsáveis por seu destino, não como vítimas de forças além do seu controle. Mas também tem um lado negativo. Quanto mais nos enxergamos como pessoas que vencem pelo próprio esforço e que são autossuficientes, menos provável será que nos preocupemos com o destino de quem é menos afortunado do que nós. Se meu sucesso é resultado de minhas próprias ações, o fracasso deles deve ser culpa deles. Essa lógica faz a meritocracia ser corrosiva para a comunalidade (SANDEL, 2021, p. 89).

Consideravelmente, no decorrer dos últimos anos, a desigualdade foi um dos debates centrais sobre economia nos debates políticos, e o seu desenfreamento "corrompe o processo político, permite que a classe média alta se aproprie das melhores oportunidades educacionais e profissionais, e enfraquece os laços sociais de solidariedade entre os cidadãos." (MOUNK, 2019, p. 266). Todavia, a forma como a desigualdade é abordada pelos discursos políticos, recentemente, é carregada da retórica da responsabilidade, sendo muito fácil perceber a "sua ligação com a ideia meritocrática de sucesso. Líderes políticos há muito tempo falam em responsabilidade, em geral, quando se referem aos deveres dos cidadãos para com seu país e seus concidadãos." (SANDEL, 2021, p. 97).

Percebe-se que ao mesmo tempo em que se estreitam os laços entre Estado, finanças e capital corporativo, a ação conjunta de trabalhadores, consumidores e cidadãos é praticamente eliminada de fato, tanto do discurso político, quanto da imaginação política (BROWN, 2018). Essa tendência também expõe o sujeito a significativa vulnerabilidade, tendo em vista que caminha lado a lado com a desregulamentação que, por sua vez, desconstrói a seguridade e o ideal de solidariedade: porque transformando pessoas em partículas de capital, "tanto os torna mais fáceis de governar quanto os integra a um projeto geral: crescimento econômico, projeto em nome do qual podem vir a ser sacrificados." (BROWN, 2018, p. 32).

A racionalidade política neoliberal, assim, retém a ideia de sacrifício cidadão:

> Se a virtude cidadã é retrabalhada na forma de empreendedorismo responsabilizado, ela também o é enquanto "sacrifício compartilhado", potencialmente necessário a uma

> economia saudável ou problemática, mas, acima de tudo, flexível. Esse sacrifício pode variar entre sofrer os efeitos diretos da terceirização de postos de trabalho, cortes em licenças, salários ou benefícios, e sofrer os efeitos indiretos da estagflação, restrições ao crédito, crises de liquidez ou de moeda. Pode ser amplamente compartilhado, como a redução do investimento estatal em educação, ou ser sofrido individualmente, como o fenômeno "último contratado, primeiro demitido"; pode também, como é mais frequente, ser sofrido desproporcionalmente mais pelo grupo ou classe mais fraco, como é o caso das licenças ou férias coletivas involuntárias, ou das reduções nos serviços públicos (BROWN, 2018, p. 34).

A retórica da ascensão, nesse passo, coaduna-se ao discurso político, a fim de proporcionar certa isenção moral aos líderes de Estado, e este, por sua vez, passa a ser um "rastreador de responsabilidade" (SANDEL, 2021, p. 97), a medida que limita políticas de bem-estar social sob o pressuposto de que se as pessoas estão em situação de miserabilidade, é por que não trabalharam o suficiente, tornando, assim, o discurso da meritocracia mais um sintoma à corrosão política democrática, pois mantém as dimensões de poder no topo, e racha as solidariedades na base. Portanto, a "noção de que pessoas deveriam ser capazes de ascender "até onde seus talentos e o trabalho árduo as levarem" é familiar a ponto de ser clichê. Nem chega a ser controversa. Políticos dominantes com frequência a invocam." (SANDEL, 2021, p. 98).

Nesse sentido, interessante é a reflexão trazida por Edgar Cabanas e Eva Illouz (2019), de que o discurso da felicidade tem se convertido em um valor muito mais importante nas sociedades neoliberais, em detrimento de outros, como a prudência, justiça e solidariedade. Enquanto investidor de si mesmo, o agora capital humano percebe a felicidade como algo intrinsecamente ligado a valores individualistas, a medida que informa que é necessário ser protagonista da própria vida e, enquanto investidor de si mesmo – embora sacrificado pelo mercado –, deve correr atrás de sua própria felicidade, de modo que, na lógica meritocrática, caso não seja feliz, a responsabilidade também é individual (sua), pois não a buscou como deveria. Como assinalado,

> los discursos que apelan a la neutralidad y a la naturaleza - y no a la moral o a la política- siempre resultan más persuasivos y son más fácilmente institucionalizables, algo que se hace especialmente evidente en el modo en que el discurso científico de la felicidad tiende a neutralizar su énfasis en la responsabilidad personal y en los valores propios del individualismo neoliberal (CABANAS; ILLOUZ, 2019, p. 63).

A ideia do cidadão como empresa dialoga diretamente com as teorias de Han (2015), que visualiza uma sociedade de desempenho; na qual a negatividade da sociedade disciplinar perde espaço para o poder da positividade compulsória. Neste sentido, a tendência a desregulamentação incentiva a iniciativa para o "bem" de aumentar a produção, na desenfreada

lógica de produtividade incessante. A retórica da responsabilização, por sua vez, coloca-se como um excelente instrumento ao discurso que valoriza extremamente as liberdades (e desempenhos) individuais, porque

> é a sobrecarga moral, posta sobre o elemento mais fraco no fim da linha, de ter que discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. A responsabilização converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor, naquele cujo dever moral é buscar o autoinvestimento perspicaz e estratégicas empreendedoras de autocuidado (BROWN, 2018, p. 37).

Não surpreende, assim, que "o regime neoliberal introduz uma era do esgotamento. Hoje, explora-se a psiquê, por isso, esta nova era é acompanhada de doenças mentais, como a depressão ou o *burnout."* (HAN, 2020, p. 46). O esforço diligente não recompensado intrínseco a esta dinâmica constituí, nas ideias de Brown (2018), uma espécie de sacrifício. O cidadão sacrificial seria, portanto, este indivíduo que, emancipado pelo neoliberalismo, serve ao bem-estar geral ao custo do próprio sofrimento.

Estando o Estado comprometido com o mercado, o sujeito neoliberal passa a ser o único responsável pelos riscos inerentes a condição de empresário de si mesmo, e então é estritamente "sua responsabilidade o tipo de vida que deseja levar, como resolve vivê-lá e os tipos de escolha que você faz para que seu projeto se concretize, culpe a si mesmo, e a ninguém mais, se tudo isso não resultar na felicidade que você esperava." (BAUMAN, 2008, p. 113). Para isso, cumpre papel fundamental a governança.

A ideia de que o consenso pode substituir o poder advém de uma lógica fortemente gerencial, e em relação aos seus efeitos, na vida pública, "a governança substitui questões liberais e democráticas acerca da justiça por formulações técnicas dos problemas; questões de direito por questões de efetividade; e mesmo questões de legalidade por questões de eficácia." (BROWN, 2018, p. 21). O fato é que, como bem observa a autora, nesta perspectiva descentralizadora, a normatividade adquire um verniz diferente, disfarçando-se de neutralidade. Esse aspecto da racionalidade neoliberal também é observado por Casara (2021) que entende essa tendência desestruturadora das instituições – na medida que as desidrata – como criadora de uma nova forma de hierarquização social, baseada no cálculo econômico.

Na racionalidade política neoliberal, conforme Brown (2015), o que está em discussão é, em grande medida, a maneira que o sujeito vive e se relaciona com si mesmo e com o outro. Isso implica dizer que esta racionalidade opera por meio de discursos e governa de forma onipresente; alcançando, inclusive, a normatividade estruturante e legitimadora dos atos. A

racionalidade em questão se baseia no cálculo econômico e se justifica pela eficiência do próprio fim.

> Pode-se dizer que o que caracteriza os modos de produção neoliberais é a solitude de indivíduos enquanto *exploradores-de-si*. Mais do que isso, em razão de uma racionalidade que introjeta a ideia de ilimitação no imaginário das pessoas, os empresários-de-si passam a acreditar que são capazes de uma autoprodução ilimitada [...] (CASARA, 2021, p. 131).

Os atos dotados de profundas consequências políticas são, deste modo, despolitizados em prol da eficiência e, principalmente, da eficácia. O que torna tudo ainda mais tortuoso é que, diante deste cenário, o mercado acaba por absorver a soberania. Em sentido semelhante as ideias de Brown, Casara (2021) ainda entende que a concentração de poder econômico é uma ameaça à democracia na medida que permite que o poder financeiro incorpore o poder político. O interesse popular passa, assim, a uma condição de plena submissão aos interesses oligárquicos.

> Porém, há mais em jogo aqui do que somente uma nova relação entre o jurídico e o econômico; na verdade, um importante redesenho do *demos* é levado a cabo nessa contribuição jurídica à economicização do político. As decisões legais citadas acima atacam todos os níveis do poder cidadão organizado e da conscientização política nos EUA, ao passo que julgam direitos sob a ótica de princípios econômicos (BROWN, 2018, p. 27).

Essa governabilidade ou gestão dos indivíduos; conduz, nas ideias de Casara (2021), uma lógica foucaultiana. Ou seja, direciona os indivíduos a se comportarem da maneira que melhor sirva aos interesses do mercado. A isto se relaciona a transformação do desejo em necessidade. Partindo do pressuposto de que o desejo prescinde dos limites e das faltas, o consumismo ilimitado impõe que os meros desejos sejam impulsionados ao patamar de necessidades artificiais; tornando indistinguíveis o querer e o necessitar. Desse modo, "uma sociedade de consumo só pode ser uma sociedade do excesso e da extravagância – e, portanto, da redundância e do desperdício prodígio." (BAUMAN, 2008, p. 112).

Em se tratando da questão democrática, Mounk (2019) alerta sobre os riscos advindos da exclusão dos obstáculos liberais em prol de uma dinâmica de consenso – baseada no mercado ou não – irrestrita. Isto é, muito embora a expressão da vontade da massa seja uma aspiração, à primeira vista, genuinamente democrática, é necessário se atentar para o fato de que as instituições que moderam essa dinâmica, quando desidratadas, não possuem forças para garantir a manutenção de princípios fundamentais do estado social de direito. Essa dinâmica de consenso, igualmente pautada pela racionalidade neoliberal, atua também sob uma lógica de falsas aparências:

> queima-se uma favela para erguer um condomínio – ou para esconder as pessoas pobres e sua forma de vida em tempos de turismo, afinal a aparência é capital literalmente – e ninguém ou quase ninguém achará que isso é um problema social, moral e político imenso. Outro exemplo, acabando-se com as políticas públicas relativas à saúde e educação criam-se as condições para que ninguém considere ruim a privatização. Quem não tiver dinheiro para pagar um plano de saúde, também não vai se importar muito porque já terá perdido as forças para lutar por qualquer melhoria em suas condições de vida. Terá perdido até a força do pensamento, que nos ajuda a entender o que se passa ao nosso redor (TIBURI, 2017, p. 130).

Para essa análise, especialmente no que diz respeito a perda da força do pensamento, Brown (2015) retoma a figura do *homo oeconomicus* – ou seja, o empresário de si mesmo, o produtor da própria satisfação – levando-o de encontro (e também em detrimento) a ideia do sujeito enquanto aquele ser que aspira (ou seja, capaz de raciocinar criticamente e entender o que passa ao seu redor), bem como constitui produto da soberania popular: o *homo politicus*. A autora levanta a hipótese de que – ao contrário do implícito nas ideias de Foucault – as características econômicas do indivíduo não necessariamente suplantaram totalmente e logo de pronto os ideais políticos, embora tenham os diluído paulatinamente ao longo do tempo.

Isso implica na realização de que as aspirações políticas sobreviveram nas democracias liberais modernas, ao menos até o advento do sujeito neoliberal, quando esmorecem em definitivo. A conversão neoliberal de ser político para ser econômico representa, deste modo, a redefinição do estado, que passa a se assemelhar mais a um órgão corporativo. A liberdade, como aspecto que nomeia a tendência, torna-se, em essência, um valor paradoxal; é a liberdade do mercado, o estado está subordinado a ela.

Diante da ótica anterior, se compreende a qualidade sacrificial do sujeito. Isto é, se a partir do biopoder em Foucault (1999) – a preservação da vida para fins de economia – até mesmo o pleno decesso dos inferiores se justifica para o bem dos superiores – com base no racismo estruturante como definidor da morte –; o indivíduo econômico está perfeitamente sujeito às últimas consequências se o ideal utilitarista do mercado assim entender como salutar. Tiburi (2017), nesse passo, identifica que, tendo o capital como linguagem, há um choque político aplicado aos corpos, o qual implica que cidadãos sintam na carne aquilo que é produzido pelo sistema, especialmente se estes não se tornam úteis ao projeto neoliberal (como exímio empresário de si mesmo e de uma empresa), mesmo que, de sol a sol, estejam tentando sobreviver. Logo,

> o aumento do desemprego, o número de pessoas cada vez maior de pessoas vivendo nas ruas, as piores condições de vida para todos são a prova de que a política do choque neoliberal age de maneira biopolítica, ou seja, calculando sobre quem vai viver

> e quem vai morrer e deixando à morte aqueles que são historicamente mais fragilizados socialmente por suas condições de classe, e que vêm sendo enfraquecidos por diversas formas de violência material ou simbólica (TIBURI, 2017, p. 134).

É possível dizer, em relação ao sacrífico, "que esse cidadão é oblatado em relação ao projeto de crescimento econômico; tropeçamos, portanto, na dimensão teológica do capitalismo, que muitos vêm explorando nos últimos anos." (BROWN, 2018, p. 47). Mas por que empregar o termo sacrifício? Segundo a autora,

> uma resposta simples é que esse é o termo ubiquamente em voga na apresentação e implementação de medidas de austeridade. "Sacrifício compartilhado" está nos lábios de todos os políticos e gerentes engajados nos cortes, *downsizing*, apertar de cintos, revogação de direitos, e em toda imposição de medidas de austeridade pelo Estado (BROWN, 2018, p. 46).

Ao se falar em direitos oblatados, portanto, verifica-se o também enquadramento do jurídico ao neoliberal, e esse elo não se compatibiliza "com obstáculos legais à atividade econômica e à obtenção de lucros, razão pela qual tanto os direitos fundamentais, quanto os direitos sociais, forjados a partir das lutas populares no âmbito do liberalismo social, passam a ser relativizados." (CASARA, 2021, p. 109). Delineia-se, portanto, a partir das políticas de austeridade e, consequentemente, pelo elo pragmático entre jurídico e neoliberal, aquilo a que o autor denomina de pós-democracia, na qual, em nome do mercado, os limites democráticos ao exercício do poder – dentre os quais se destacam os direitos e garantias fundamentais – desapareceram, ou, mais precisamente, a pretensão de fazer valer esses limites. Assim,

> [...] não existe mais uma preocupação democrática, ou melhor, que os valores do Estado Democrático de Direito não produzem mais o efeito de limitar o exercício do poder em concreto. Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que na pós-democracia desaparecem, mais do que a fachada democrática do Estado, os valores democráticos (CASARA, 2017, p. 22).

Na sociedade pós-democrática, portanto, violar direitos se torna a regra e não a exceção, e isso em relação a determinadas pessoas: o inimigo, para a sociedade neoliberal, passa a ser aquele indivíduo que não é mais coerente ao processo produtivo. Dito isso, faz-se importante abordar quais caminhos possíveis para se resgatar o imaginário político – o *homo politicus* – e, assim, devolver a cidadania plena, atualmente sobrepujada pela sacrifical, do *homo oeconomicus*, que é sujeito da pós-democracia, ao passo que, o primeiro, soberano da democracia; embora ambos gravitem em existências conflitantes.

4 FERRAMENTAS PARA O RESGATE DA CIDADANIA PLENA: O PAPEL DE UMA MÍDIA CRÍTICA E DA EDUCAÇÃO NAS HUMANIDADES EM FAVOR DA DEMOCRACIA

Convém destacar que o aspecto político, embora seja monumentalmente relevante, não é a única preocupação imediata. Para Brown (2015), permanece o fato de que, mesmo que as políticas públicas neoliberais que visam a desidratar as instituições e os fundamentos do estado social de direito sejam combatidas, as sequelas da racionalidade neoliberal já geram efeitos sobre a realidade; sequelas e efeitos que, por sua vez, só podem ser combatidos pela construção de uma nova razão política e social. Cortina (2020), em sentido diverso, tem uma percepção ligeiramente diferente; embora sua proposta não muito se distancie:

> Assim, tem sido reconhecido nos últimos tempos em todas as esferas da vida social que a figura do *homo oeconomicus*, maximizador de seu lucro, deve ser substituída pela do *homo reciprocans*, do homem capaz de dar e receber, de retribuir, cooperar, que se move racionalmente, mas também por instintos e emoções e não apenas pelo cálculo da utilidade máxima (CORTINA, 2020, p. 98).

O *homo reciprocans* de Cortina (2020) seria aquele cidadão que, dotado de linguagem e afeto, exerce o pensamento reflexivo e que, portanto, é capaz de pensar no bem comum, e devido a essa qualidade, resistir ao esvaziamento político construído pela racionalidade política neoliberal. O arquétipo do *homo reciprocans*, em uma lógica de solidariedade, seria uma das facetas do arquétipo do *homo politicus*, que, sorrateiramente, esvazia-se – ao mesmo tempo em que resiste – pelo *homo oeconomicus*, explorador de si mesmo e que observa a felicidade como algo individual e meritório.

Ao encontro disto, o enfraquecimento das instituições democráticas em prol de uma lógica utilitarista e mercadológica contribui diretamente para a nova hierarquização da sociedade à medida que torna banal o exercício ilimitado do poder. Quando o poder político e o poder econômico se tornam um organismo único, os inimigos do poder econômico – indesejáveis que não produzem nem consomem – se tornam, também, necessariamente, inimigos do poder político; passa a incidir sobre eles, inclusive, a repressão disciplinar da esfera penal (CASARA, 2017).

> Ou seja, a razão neoliberal leva a um regime complexo que é liberal em relação aos detentores do poder político e econômico, público para o qual vigora o *laissez-faire*, e, ao mesmo tempo, busca anestesiar ampla parcela da população com promessas de consumo, enquanto, para os indesejáveis, os indivíduos ou grupos que "não prestam"

> segundo a razão neoliberal, reserva medidas penais de controle e exclusão, em uma espécie de paternalismo punitivo (CASARA, 2017, p. 186).

Brown (2018) ainda percebe um problema na erosão da educação não técnica e como isso afeta a cidadania. Em suma, há um abandono da política pelo cidadão, e referido cotejo muito se deve a forma como a educação tem se colocado frente ao mercado, em uma notável dissonância com os ideais de uma cultura popular e voltada para o pensamento do bem comum, enquanto sociedade democrática. Assim, o visível detrimento das disciplinas das humanidades, como artes e literatura, para a pedagogia tecnicista, evidencia o que Martha Nussbaum (2015, p. 3) identifica como crise mundial da educação:

> De fato, o que poderíamos chamar de aspectos humanistas da ciência e das ciências humanas – o aspecto construtivo e criativo, e a perspectiva de uma raciocínio crítico rigoroso – também está perdendo terreno, já que os países preferem correr atrás do lucro de curto prazo por meio do aperfeiçoamento das competências lucrativas e extremamente práticas adequadas à geração de lucro (NUSSBAUM, 2015, p. 04).

Casara (2018), nesse sentido, refere que talvez a principal vicissitude neoliberal seja o empobrecimento subjetivo, que, ao fim e ao cabo, é o que acaba por arrancar a política das entranhas existenciais do ser humano, pois não é por acaso que "para atender ao projeto neoliberal – que poderíamos resumir como a liberdade total voltada apenas para alcançar o lucro e aumentar o capital – cria-se uma oposição à mentalidade subjetiva, apaixonada, imaginativa e sensível." (CASARA, 2018, p. 90). A mentalidade subjetiva, nesse caso, é aquela capaz de criticidade, especialmente em relação aos "donos do poder", ao passo que a ignorância, paulatinamente incentivada pela crise na educação, "garante o vazio da ação, por meio do qual o povo – que somos todos nós – não deve pensar nem sentir politicamente, não deve participar senão para reafirmar a vontade do poder." (TIBURI, 2017, p. 150-151).

Não há, nesta proposição, espaço para a cidadania como engajamento social, mas meramente como empreendedorismo.

> [...] a economicização da política e a redução da cidadania como investimento responsabilizado em si mesmo, por um lado, e como capital humano para a nação enquanto empresa, por outro, significam que a cidadania é despida de voz e engajamento político substantivos, e a virtude cidadã resumida a um acomodar-se, sem queixas, à vida econômica da nação (BROWN, 2018, p. 42).

Ou seja, há uma cesura significativa na cidadania em virtude do empobrecimento subjetivo causado pela racionalidade neoliberal. Então,

> obcecados pelo PNB, os países – e seus sintemas de educação – estão descartando, de forma imprudente, competências indispensáveis para manter viva a democracia. Se essa tendência prosseguir, todos os países logo estarão produzindo gerações de máquinas lucrativas, em vez de produzirem cidadãos íntegros que possam pensar por si próprios, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e das realizações dos outros. É disso que depende o futuro da democracia (NUSSBAUM, 2015, p. 4).

A educação para cidadania – tranformação de sujeitos em cidadãos – é também uma das soluções democráticas encontradas por Mounk (2019) para combater a ascensão populista e defender as insituições. Isso é emblemático, pois conforme o próprio autor diagnostica, ao tratar da tendência que leva as democracias atuais a se parecerem cada vez mais com oligarquias, dois movimentos distintos (embora paralelos), que convergem para dar forma ao cenário atual: o povo, cada vez mais desconfiado e impaciente, contra as instituições; e o mercado, contra o povo, assumindo cada vez mais o controle da política.

Sobre a problemática da educação, Cortina (2020) sustenta que ela também é um caminho – senão o caminho, ao lado das próprias instituições – para a construção de uma consciência mais capaz de compaixão ativa para com o sofrimento dos miseráveis e desafortunados. Para a autora, a construção da igualdade é um pressuposto para uma busca efetiva pela justiça e só é possível por estes meios.

Nussbaum (2015), nesse sentido, questiona o que significaria, para um país, o progresso, e critica o fato de que o PIB – medidor de desempenho nacional – seja usado como o parâmetro mais adequado para a medição do progresso, pois leva em conta apenas o progresso econômico, e não necessariamente representa a qualidade de vida em geral de uma população. A autora menciona que a liberdade política – indissociavelmente ligada à educação – também deveria ser um parâmetro, visto que produzir crescimento economico não significa produzir democracia.

A complexidade do pensamento em questão reside justamente na reflexão de que, para além das instituições políticas e midiáticas, as instituições econômicas – instrumentos da racionalidade neoliberal – também devem, necesessariamente, cumprir um papel nesta busca. Paradoxalmente, isso implicaria em uma reflexão a respeito da ética da economia, valores e virtudes, em essência, contrários a razão economica que, de certo modo, alimenta-se das distorções sociais combatidas.

A mídia, nessa toada, também apresenta relevante papel, visto que a partir dela são veículados à população os dicursos políticos e, consequentemente, a disseminação de subjetividades, o que, por si só, escancara a importância de referida categoria ser também crítica em relação à política, para que discrusos não sejam manipulados, *fake news* não se espalhem

sem a devida resistência e, especialmente, que problemas sociais complexos nãos sejam abordados por discursos simplistas. Não à toa que na fragilidade da democracia se encancara o ataque contra a liberdade de imprensa (MOUNK, 2019).

Então, também é importante que a mídia não seja profanada pela racionalidade neoliberal, para que a informação seja transparente, e não uma mercadoria a ser vendida, pois "a informação simplificada recorre aos preconceitos e às convicções dos destinatários para se tornar atrativa e ser consumida." (CASARA, 2017, p. 96). Assim, em termos de política e mídia, os

> veículos críticos cobrem os protestos contra o líder populista. Eles noticiam os fracassos de seu governo e dão voz a seus opositores proeminentes. Escrevem matérias solidárias a suas vítimas. Ao fazê-lo, desafiam a ilusão de consenso, mostrando a um público amplo que o populista está mentindo quando afirma falar por todo o povo. É o que torna a imprensa tão perigosa para o governo populista (MOUNK, 2019, p. 58).

Todavia, a condução dos veículos midiáticos ainda é feita por pessoas, cuja mentalidade crítica se faz mister para que profissionalmente assim o sejam. E considerando que a partir do advento do *homo* oeconomicus a relação entre estado e soberania popular é subvertida e reorientada, Brown (2015) defende que a a razão política – o *homo politicus* – seria o principal modo de combater a racionalidade neoliberal. Tendo em vista a erosão deste arquétipo, impõe-se, antes de qualquer coisa, um resgate dos valores políticos que legitimam a democracia e a soberania popular, de encontro aos valores economicos. A educação para as humanidades, nesse sentido, e conforme apontado por Nussbaum (2015), seria a mais adequada das alternativades para o resgate do pensamento político e, portanto, da cidadania plena.

Ao encontro da tese dos indesejáveis de Casara (2017) – estão as ideias de Cortina (2020) sobre a pobreza involuntária e a aporofobia econômica. Pode-se relacionar, desta forma, o inimigo do poder econômico com a figura desprezada e desamparada, aquela que não possuí os meios de oferecer benefícios a outrem. Não surpreendentemente, a solução apresentada pela autora igualmente se relaciona diretamente com a educação e com as instituições democráticas; ambas corroídas pela racionalidade neoliberal.

Ademais, a autora ainda se emprenha em refletir sobre a diminuição da desigualdade. Seguindo a lógica de que "a pobreza tem um grande impacto econômico e político" (CORTINA, 2020, p. 175), naturalmente, a inclusão mediante as formas de produção e consumo cumpriria um papel na diminuição das distorções; no mesmo passo, isso contribuiria, em tese, com o crescimento econômico. Embora socialmente a redução das desigualdades seja razoável

e positiva – em especial como solução imediata para o problema do indivíduo excluído –, não resolve e nem contrapõe, pelo menos em um primeiro momento, a problemática da racionalidade em debate, tendo em vista que utiliza-se dela como pressuposto.

Por outro lado, a forma com que a autora encara essa diminuição das desigualdades opõe-se, por essência, à lógica neoliberal:

> Dentro de cada país é urgente eliminar a economia clientelista e evitar práticas corruptas [...]; apostar na economia real, reduzindo o papel da economia financeira; ajustar o sistema tributário de forma proporcional, como um instrumento básico; reforçar as políticas sociais introduzidas pelo Estado de bem-estar [...]. A igualdade de oportunidades requer igualdade de acesso à educação e à saúde, ao crédito para desenvolver projetos empresariais ou financiar a acumulação de capital humano, igualdade de tratamento de todos os cidadãos pela Administração (CORTINA, 2020, p. 177).

O principal passo para a busca de referida conjuntura, notadamente, inicia-se nos processos reflexivos com menção aos valores democráticos, visto que o vazio do pensamento leva a população a "recorrer ao pensamento estereotipado – fundamentado com frequência em preconceitos aceitos como premissas – que faz com que não haja necessidade de se esforçar para compreender a realidade em toda a sua complexidade." (CASARA, 2017, p. 91). O pensamento estereotipado, notadamente, contribui para a realidade aporofóbica da sociedade, que se mostra indiferente ao outro – afinal, crê-se no discurso meritocrático –, calibrando as veias da racionalidade neoliberal, a qual condiciona como principal inimigo, ao lado dos indesejáveis, a percepção refinada e desenvolvida sobre o poder (*do homo politicus*), anunciando em letras garrafais, portanto, a vacinal importância da educação nas humanidades.

5 CONCLUSÃO

A titulo de considerações finais, observou-se que autores que estudam o neoliberalismo, como a Wendy Brown, promovem em sua metodologia teórica uma diferenciação conceitual, notadamente entre o neoliberalismo de vertente neomarxista, que se relaciona com as práticas de mercado, como a abertura financeira a investidores externos, a privatização de serviços públicos e a redução do Estado Social; e a vertente foucaultiana, que diz respeito ao neoliberalismo enquanto racionalidade política, ou seja, como processos de subjetivação dos sujeitos, de modo que o capital, enquanto política, propulsiona os processos de economicização de seres humanos, transformando-os em particulas de capital. A presente pesquisa fora

conduzida sob uma perspectiva crítica a partir da segunda vertente teórica apontada para o neliberalismo, ou seja, enquanto racionalidade política.

Esse contexto teórico possibilitou que fosse explorado o ideal meritocrático, que atualmente faz vender o discurso da felicidade como um ideal individualista e, ao passo que promove a separação entre perdedores e vencedores (dentro do projeto neoliberal), é fecundo argumento para os discursos políticos que notadamente conclamam o ideal de sacrificio compartilhado em prol do progresso econômico; este sacrificio, notadamente, dá-se a partir das políticas de austeridade, que se deflagram em cortes de direitos já conquistados e que, a seu turno, dá azo a que o Estado de Direito seja sobrepujado ao Estado pós-democrático de Direito, que relativiza garantias fundamentais. O ideal meritocrático, assim, mostrou-se falacioso, a medida que racha as solidariedades na base – o povo, em geral – e solidifica o poder no topo a quem já o detém, corroendo, assim, a prospeção ao bem comum e a comunalidade, essenciais à vida em democracia.

Foi possível verificar, assim, que o cidadão sacrificial é aquele sujeito que, vítima das políticas de austeridade, evidencia o *homo oecomonimus*, que é o capital humano para si mesmo, para as empresas e para constelações nacionais, sacrificio que edifica a sociedade do cansaço, na qual o desempenho é o principal fim a se perquirir. Nesse sentido, constatou-se que o empobrecimetno subjetivo é um dos principais pilares de sustentação a este contexto, de modo que o arquétipo do *homo politicus* – cidadão capaz de se portar criticamente em relação aos donos do poder, aspirar, refletir e, precipuamente por isso, resistir à mercantilização da vida –, mostrou-se como o principal inimigo à lógica política neoliberal.

Por fim, a metodologia empregada fora imprescindível para se chegar a tais considerações, pois possibilitou a analítica observação do material eleito, de modo a confirmar a hipótese de que a educação para as humanidades é a principal forma de resgatar o *homo politicus* em uma sociedade cada vez mais dotada de *homo oeconomicus*, pois é o principal – senão o único – método para se restabelecer a cidadenia plena, que é, ao cabo e finalmente, a capacidade de não ser apenas um empresario de si mesmo, mas sim, um cidadadão pleno, munido de raciocínio crítico e atento às realidades ao seu redor, capaz de eligir um pensamento de comunalidade e com riqueza de linguagem (e em oposição em empobrecimento subjetivo). Conclui-se que a cidadania plena, assim, é capaz de resgatar o Estado democrático de Direito, que, pela política neoliberal, perdeu espaço para o Estado pós-democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASARA, Rubens R R. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASARA, Rubens R R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASARA, Rubens R R. **Sociedade sem lei**: pós-democracia, personalidade autoritária, idiotização e barbárie. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascenção da política antidemocrática no ocidente.São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos**: neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas. Barcelona, España: Paidós, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015. Edição digital.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Minas Gerais: Editora Âyiné, 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Edição digital.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? Tradução de Bhuvi Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

TIBURI, Márcia. **Ridículo político**: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record, 2017.